

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-22

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Silva, T. M. da (2018). Arquitetura, Filosofia e Paisagem. In Instituto de História Contemporânea (Ed.), 1.º Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem: conhecer para proteger, gerir e ordenar sustentavelmente. (pp. 319-332).

Further information on publisher's website:

<https://cibam2018.wordpress.com/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Silva, T. M. da (2018). Arquitetura, Filosofia e Paisagem. In Instituto de História Contemporânea (Ed.), 1.º Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem: conhecer para proteger, gerir e ordenar sustentavelmente. (pp. 319-332).. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

ARQUITETURA, FILOSOFIA E PAISAGEM

Teresa Madeira da Silva

Resumo: A discussão sobre a qualidade arquitetónica, ambiental e urbana, dentro da área disciplinar da arquitetura, faz-se frequentemente em torno de diversos aspetos, entre os quais a adequação da obra arquitetónica ao lugar, ao contexto, à paisagem, ou seja, ao espaço físico que a envolve. Esta questão não é só levantada em termos físicos (considerando a forma, o clima, a topografia, os acessos, as vistas, etc.), mas também em termos estéticos e simbólicos. Na área disciplinar da arquitetura, é frequente, referir as características físicas (naturais ou construídas) deixando um pouco de lado as questões decorrentes da ação do homem como intérprete da paisagem. O propósito da nossa abordagem é aumentar o tipo de leituras até agora avançadas no domínio da arquitetura essencialmente centradas na forma dos edifícios e da sua relação com a paisagem com base em dados descritivos dos mesmos. Desta forma, a partir dos contributos das áreas disciplinares da arquitetura e da filosofia, os lugares arquitetónicos e a paisagem são encarados sob dois pontos de vista distintos: como *objetos* considerados abstratamente em relação ao contexto em que são produzidos e interpretados e como obras resultantes da ação humana, ou seja, produzidas por alguém que está inserido numa determinada comunidade cultural e colocado numa determinada situação histórica.

Palavras chave: Arquitetura; Paisagem; Hermenêutica; Património Arquitetónico; Interpretação.

ARQUITETURA, FILOSOFIA E PAISAGEM

Teresa Madeira da Silva

Abstract: The discussion on architectural, environmental and urban quality within the disciplinary area of architecture is often based on several aspects, such as the suitability of the architectural work to the place, the context, the landscape, that is, to the physical space that surrounds it. This question is not only raised in physical terms (considering form, climate, topography, access, views, etc.), but also in aesthetic and symbolic terms. In the disciplinary area of architecture, it is frequent to refer to the physical characteristics (natural or built) leaving a little aside the issues arising from the action of man as interpreter of the landscape. The purpose of our approach is to increase the type of readings advanced in the field of architecture essentially centered on the shape of buildings and their relationship to the landscape based on descriptive data. In this way, from the contributions of the architecture and philosophy areas, the architectural places and the landscape are viewed from two different points of view: as objects considered abstractly in relation to the context in which they are produced and interpreted and as works resulting from human action, that is, produced by someone who is inserted in a given cultural community and placed in a particular historical situation.

Keywords: architecture; landscape; hermeneutics; architectural heritage; interpretation.

ARQUITETURA, FILOSOFIA E PAISAGEM¹⁷¹

Teresa Madeira da Silva

Introdução

Para atingir o objetivo que nos propomos explorar, a metodologia utilizada baseia-se num processo que parte da formulação de um conjunto de pressupostos que se consideram fundamentais para a leitura e interpretação do lugar arquitetónico, a partir de dois campos disciplinares, o da arquitetura e o da filosofia. Considerando que criar, ler e usufruir um lugar ou uma paisagem é fazer uma interpretação, o contributo da filosofia hermenêutica considerada como a teoria da interpretação do sentido permite-nos recolocar o problema da interpretação no centro da investigação uma vez que questiona a forma como tradicionalmente são interpretadas essas realidades. As questões que se colocam, surgem a partir de dois pressupostos, o primeiro, parte do facto de se considerar que as paisagens são realidades territoriais onde o papel do homem, enquanto interprete é preponderante; o segundo, parte da ideia de que a leitura de certas paisagens contemporâneas a partir dos parâmetros tradicionalmente utilizados (a análise formal dos mesmos), não é suficiente para a sua leitura e interpretação.

Uma vez que a perspectiva aqui preconizada pressupõe a obra arquitetónica e os lugares arquitetónicos como formas de expressão do ser humano e por isso sujeitas à interpretação, o campo aberto pela hermenêutica, nas figuras de Gadamer (1900-2002) e Ricoeur (1913-2005), trouxe-nos valiosos contributos teóricos para a decifração da marca humana que a arquitetura e a paisagem comportam. Dado que a hermenêutica apela à teoria da interpretação e incorpora na

¹⁷¹ Este artigo tem como base a investigação realizada para a Tese de Doutoramento com o título: O Lugar Arquitetónico: Um Modelo teórico de Interpretação. (Madeira da Silva, 2009).

interpretação o papel desempenhado pelos diferentes intérpretes (sejam eles autores, usufruidores ou observadores), consideramos fundamental associar à leitura da arquitetura e da paisagem alguns conceitos desenvolvidos por essa disciplina. Assim, as hipóteses que se colocam surgem à luz da filosofia hermenêutica, pressupondo que a obra arquitetônica e a paisagem são formas de expressão do ser humano e por isso estão sujeitas à interpretação. Os lugares arquitetônicos, para além do seu valor material, como um objeto construído com paredes, muros, vãos, etc., comportam um conjunto de valores que os dotam de uma multiplicidade de significados, ou seja, segundo a terminologia de P. Ricoeur, de um excesso de sentido (Ricoeur, 2000). Ao contrário das obras de carácter científico, que têm um sentido literal e unívoco, as obras arquitetônicas e a paisagem são passíveis de múltiplas interpretações, fazendo parte daquilo que Gadamer, designa como ciências do espírito, em oposição às ciências da natureza (Gadamer, 2004). A dimensão hermenêutica da interpretação ultrapassa, deste modo, as técnicas de explicação de uma obra, para se situar num horizonte humano de sentido.

A partir desta perspetiva e considerando que a leitura do lugar deve tomar em consideração o papel dos seus intérpretes e, conseqüentemente, as diferentes leituras que dele se possam fazer importa esclarecer o conceito de interpretação por nós considerado. Na nossa perspetiva comporta duas orientações: num sentido, interpretar significa como dizer ou como exprimir, dando ênfase, deste modo, ao aspeto criativo de qualquer obra (o arquiteto faz uma interpretação do sítio, do programa, das intenções do cliente, ao realizar uma obra de arquitetura); noutro sentido, interpretar significa explicar e compreender. “Podemos exprimir uma situação sem a explicar; exprimi-la é interpretá-la, mas explicá-la é também uma forma de ‘interpretação’” (Palmer, 1999: 30-31). Assim, sabemos que, ao abordar um lugar com o fim de construir uma obra, o arquiteto interpreta-o exprimindo, fazendo uma obra, mas ao explicar aquele lugar também está a interpretá-lo. Toda a criação do lugar é uma interpretação e toda a leitura do lugar é uma interpretação.

Fundamentação teórica

Tanto na aceção corrente do conceito de lugar como na maior parte dos textos sobre a questão do lugar e da paisagem escritos por arquitetos, críticos e teóricos no campo disciplinar da arquitetura, verificamos que este conceito é remetido para a perspetiva aristotélica, ou seja, o lugar é essencialmente definido do ponto de vista geométrico (Aristóteles, 1998 [séc. IV a.C.]). Aristóteles define o que é o lugar, em primeira instância, como possuidor de três dimensões – largura, altura e profundidade (Aristóteles, 1998: 224) –, ou seja, as mesmas propriedades que um corpo possui. Assim, é comum encontrar no domínio da interpretação arquitetônica, por um lado, um modo de proceder que pressupõe a obra arquitetônica como um objeto isolado, visto exclusivamente em

termos da sua aparência física,¹⁷² e por outro, um tipo de leitura ligado à intuição ou intenção dos autores ou intérpretes, imprimindo-lhe desta forma a subjetividade desses mesmos autores e intérpretes. O primeiro tipo de abordagem diz respeito ao lado formal da arquitetura, sendo elaborada a partir da decomposição do objeto a tratar. As obras são vistas como objetos isolados, quer do seu contexto histórico, quer dos seus intérpretes (intérprete-autor, intérprete-investigador e intérprete-usufruidor). Deste ponto de vista, a obra é vista como uma estrutura abstrata e é identificada quase como um objeto de laboratório; a obra e a envolvente, na relação que estabelecem entre si, são realidades vistas separadamente e por vezes opostas. O segundo tipo procura, independentemente do resultado, perceber o que o autor quis fazer, quais as suas intenções, os seus propósitos e os seus objetivos, tarefa que consideramos uma impossibilidade dado que não há interpretação sem haver pressupostos, que mais não são do que o conjunto de preconceitos que cada intérprete constrói não podendo, por isso, cada um de nós, regressar ao passado de forma isenta.

Gadamer e a consciência histórica

A obra maior de Hans-Georg Gadamer, *Verdade e Método* (2004 [1960]), representa um marco importante no pensamento filosófico contemporâneo, uma vez que introduz, a partir da linha fenomenológica de Heidegger, um conjunto de novidades fecundas para o desenvolvimento desse mesmo pensamento. Assim, um dos pressupostos fundamentais em que Gadamer centra o seu pensamento é o facto de a existência humana incorporar a finitude e a temporalidade (historicidade) e, por conseguinte, abranger a globalidade da sua experiência no mundo. Diz-nos Gadamer a este propósito: “A analítica temporal da existência (*Dasein*) humana, desenvolvida por Heidegger, penso eu, mostrou de maneira convincente que a compreensão não é um dentre outros modos de comportamento do sujeito, mas o modo de ser da própria presença (*Dasein*)” (Gadamer, 2004: 16). Igualmente, a sua obra, *O Problema da Consciência Histórica* (1998), obra que reúne um conjunto de conferências proferidas pelo autor em 1958, destaca-se do conjunto da sua obra como contributo relevante para a nossa investigação, uma vez que acrescenta aspetos importantes à forma como podem ser vistos e interpretados os lugares arquitetónicos. Para este autor, o fenómeno da compreensão e da interpretação corretas passou a ter uma nova conceção: para além de fazer parte do campo das ciências, pertence à experiência humana do mundo. Para Gadamer, a experiência da filosofia, a experiência da arte e a experiência da história “são modos de experiência nos quais se manifesta uma verdade que não pode ser verificada com os meios metodológicos da ciência” (Gadamer, 2004: 30), sendo que o homem finito, o homem histórico vê e compreende sempre a partir

¹⁷² Este tipo de abordagem centra a interpretação nas objetivações da arquitetura mais do que nas suas significações. Segundo esta perspetiva, aquilo que se vê em termos formais é aquilo que interessa analisar.

do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço e portanto não pode colocar-se acima da relatividade da história e procurar um “conhecimento objetivamente válido” (Gadamer, 2004: 30). O que nos interessa aqui salienta é a forma como Gadamer reabilita e cria alguns conceitos-chave para a compreensão de qualquer obra, seja ela um texto, uma obra de arte em sentido estrito, uma obra arquitetónica ou uma paisagem, remetendo-nos para a tomada de consciência histórica como uma das mais importantes revoluções da época moderna. Para Gadamer, “A aparição de uma tomada de consciência histórica é, possivelmente, a mais importante revolução por que passamos desde a época moderna. O seu alcance espiritual ultrapassa, provavelmente, aquele que reconhecemos às realizações das ciências da natureza, as quais transformaram, de forma bem visível a face do nosso planeta. A consciência histórica, que caracteriza o homem atual, é um privilégio, talvez, mesmo um fardo tal como nenhum outro que tenha sido imposto a alguma das gerações anteriores. (...) Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno: ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as opiniões” (2004: 30).

Deste modo, Gadamer defende que existem sempre os juízos prévios – preconceitos que cada intérprete constrói a partir da tradição –, os quais têm a sua importância na própria interpretação e são a base da capacidade que temos para compreender a história. Por esta razão, somos levados a aceitar que o homem nunca se encontra num modo de ser neutro, indiferente ou isento, “mas interpretado a partir da tradição, por meio da educação, da linguagem, da cultura, quaisquer que elas sejam.” (Paisana, 1993: 15). Assim, se a interpretação tem a ver com o presente, ela nunca é permanente e rígida; e o significado de uma obra não é arbitrário, mas é um significado para nós: “... que significado atribuir ao facto de que uma só e mesma mensagem transmitida pela tradição seja, no entanto, apreendida de forma sempre diferente, quer dizer, em relação com a situação histórica concreta daquele que a recebe?” (Gadamer, 1998: 55). Para Gadamer, o conceito de interpretação, à luz da tomada de consciência histórica, tem um novo sentido relativamente àquilo que habitualmente caracterizou a forma de pensar da ciência:

“A consciência moderna toma – precisamente enquanto ‘consciência histórica’ – uma posição reflexiva em face de tudo o que lhe é transmitido pela tradição. A consciência histórica já não escuta beatamente a voz que lhe chega do passado, mas, refletindo sobre ela, recoloca-a no contexto de onde surgiu para verificar a significação e o valor relativo que contém. Este comportamento reflexivo face à tradição chama-se interpretação. (...)” (1998: 19).

Esta conceção pressupõe que o que nos chega através de fontes, vestígios ou, neste caso, lugares arquitetónicos de uma época passada, pertence a uma situação diferente da nossa – situação “estranha” (1998: 21) – e, deste modo, sem um sentido explícito, necessitando de um esforço de

interpretação. Deste modo, para Gadamer a interpretação de uma obra deve centrar-se no que significa em termos do momento atual, ou seja, quando experimentamos o significado de uma obra chegamos à compreensão de algo que chegou até nós e que decorre da experiência e da história na qual nos situamos. Podemos dizer, portanto, que a experiência hermenêutica é o encontro entre a herança (sob a forma de uma obra, de uma paisagem ou de um texto transmitido) e o horizonte do intérprete. A emergência de um horizonte comum é aquilo a que Gadamer chama a fusão de horizontes, pois ocorre devido à consciência historicamente operativa. A situação hermenêutica que envolve o intérprete e a obra é aquela que coloca o primeiro numa situação aberta, de modo a ser interpelado pela tradição. Uma vez que cada intérprete se situa num novo horizonte, o evento que se traduz na experiência hermenêutica é algo de novo que aparece, algo que não existia antes.

Paul Ricoeur e a teoria da interpretação

O desenvolvimento da teoria da interpretação avançada por Paul Ricoeur em relação à produção literária poderá servir como paradigma para um outro olhar no que diz respeito à interpretação e produção arquitetónicas e da paisagem. Da riquíssima criação intelectual deste autor destacamos algumas obras que consideramos fundamentais. Assim, é de todo o interesse referir a *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação* (2000 [1976]), uma vez que o autor desenvolve aí uma conceção inovadora de interpretação da linguagem, inovadora em relação ao tipo de abordagem estruturalista, que trata as obras a partir dos seus aspetos formais (levando em conta, somente, a sua estrutura interna) e desta forma isoladas de qualquer contexto. Também a obra *Do Texto à Ação: Ensaio de Hermenêutica II* (1991 [1986]), que se centra em conceitos associados narrativa, interessa-nos porque consideramos que a leitura de uma obra arquitetónica ou de uma paisagem pode ser considerada à luz da narrativa. Em *Arquitectura y Narratividad* (2003), o autor reconhece a existência de uma relação entre arquitetura e narrativa ao considerar a arquitetura como uma operação “configuradora” e fazendo um paralelismo entre o ato de construir e o ato de narrar ou seja, ao edificar no espaço estamos a dispor “a trama no tempo” (Ricoeur, 2003, p.11) ou seja a narrar. Dos vários temas que Ricoeur valoriza e desenvolve ao longo da sua obra, interessam-nos, algumas categorias que, dada a sua grandeza conceptual, poderão contribuir para enriquecer o modo de interpretar os lugares arquitetónicos e a paisagem. Na linha de Heidegger e Gadamer, toma como pano de fundo para o desenvolvimento da sua filosofia a dimensão finita e relacional do homem e o seu enraizamento histórico, que desemboca igualmente na consciência histórica, ou seja, na terminologia de Ricoeur, na consciência-da-história-dos-efeitos. Ricoeur retoma, entre outros, os conceitos de pertença e distanciação e o de preconceito, que nos remetem para o conceito de fusão de horizontes já tratado por Gadamer e que centram o campo da interpretação num outro paradigma. A pertença à história, dada pela consciência histórica, recoloca o modo de abordar

qualquer obra, porque, ao contrário de encarar o passado como um dado objetivo cujo interesse passa pela sistematização de factos segundo uma perspectiva cronológica, ela permite incluir na própria história a situação do intérprete. Assim, também para Ricoeur, o conceito de fusão de horizontes, implica “a comunicação à distância entre duas consciências, diferentemente situadas” (Ricoeur, 1991: 106), isto é, uma comunicação entre o próximo, o longínquo e o aberto. “Este conceito significa que não vivemos nem em horizontes fechados, nem num horizonte único” (Ricoeur, 1991: 106), e sendo assim, a fusão dos horizontes exclui a ideia de um saber total e único, implicando “a tensão entre o próprio e o estranho, entre o próximo e o longínquo” (Ricoeur, 1991: 106). A fusão de horizontes implica desta maneira, para o campo da interpretação, que cada um não se feche num determinado ponto de vista, mas esteja aberto a aceitar a possibilidade de várias interpretações. De acordo com Ricoeur, é sempre possível argumentar a favor ou contra uma interpretação, ou seja, confrontar interpretações e procurar um acordo, mesmo que esse acordo fique para além do nosso alcance imediato.

A linguagem como discurso

Um dos aspetos importantes para fundamentar o objetivo de alargar as leituras que se fazem dos lugares e da paisagem ultrapassando a análise formal dos mesmos, remete-nos para a forma como Ricoeur aborda a questão da linguagem: esta apresenta-se como um *discurso*, diferente da linguagem como um *conjunto de signos*. O facto de se considerar que a linguagem se realiza como discurso altera o paradigma com que habitualmente se interpretam as obras os lugares arquitetónicos e a paisagem.¹⁷³ O ponto de partida de Ricoeur para a elaboração do conceito de linguagem (como obra, ou discurso) é o facto de esta não poder ser tratada pelo estudo das palavras isoladas, ou seja, através dos signos, devendo, em vez disso, atender-se à interligação entre um nome e um verbo, isto é, remetendo para a existência de uma frase. Para Ricoeur, a linguagem parte da frase porque só uma frase pode significar alguma coisa. Na linha de Platão, diz-nos Ricoeur, “uma palavra por si só não é verdadeira nem falsa” (Ricoeur, 2000: 13). Diferentemente da abordagem estruturalista, que trata a linguagem considerando os signos como as únicas entidades básicas, Ricoeur centra o estudo da linguagem nas suas duas entidades irreduzíveis: os signos e as frases. Diz-nos o autor: “... o signo – é meramente virtual. Apenas a frase é atual enquanto genuíno acontecimento da fala” (2000: 19). Por assim ser, não se pode passar do signo para a frase “A frase não é uma palavra mais ampla ou mais complexa. É uma nova entidade. Pode decompor-se em palavras, mas as palavras são algo de diferente das frases curtas. Uma frase é um todo irreduzível à

¹⁷³ Habitualmente, as obras e os lugares arquitetónicos e as paisagens são estudados a partir dos *signos* que os compõem e do seu funcionamento interno, com o fim de compreender a sua estrutura interna.

soma das suas partes. (...). Uma frase compõe-se de signos, mas em si mesma não é um signo” (Ricoeur, 2000: 19).

Deste modo, e partindo da argumentação desenvolvida por Ricoeur, quando falamos de paisagens ou de lugares arquitetónicos estes são mais do que a soma das suas partes e, assim sendo, não podemos interpretá-los através da sua decomposição ou da soma das partes, porque a passagem das partes ao todo requer uma nova estrutura e uma nova descrição. Se tratarmos a linguagem através da sua dissociação em partes constitutivas, estaremos a tratar somente o seu lado formal; mas, se tratarmos a obra como um todo, então estamos a tratar o seu sentido, ou seja, a sua significação. Para Ricoeur, as redes de relações nestas duas maneiras de tratar a linguagem apresentam-se, deste modo, diferentes, sendo esta a chave de todo o problema da linguagem: uma coisa é tratarmos o lado formal da linguagem, outra é tratarmos do seu significado ou sentido. O primeiro é tratado através da “semiótica, ciência dos signos, é formal na medida em que se funda na dissolução da língua em partes constitutivas. [A segunda abordagem,] a semântica, a ciência da frase, diz imediatamente respeito ao conceito de sentido...” (2000: 19).

A dialética da compreensão à explicação

O facto de Ricoeur considerar o estudo da linguagem centrado no discurso e não nos signos abre a possibilidade de uma nova conceção de interpretação da paisagem e da arquitetura que assenta, como referimos, na dialética entre explicação e compreensão, onde estes dois posicionamentos não se excluem um ao outro, mas antes se completam. Para Ricoeur, há uma estreita complementaridade e reciprocidade entre explicação e compreensão, que nos remetem para a interpretação. Assim consideramos como paradigma válido para a interpretação do lugar a interpretação textual desenvolvida por Paul Ricoeur, assente na dialética entre explicação e compreensão (1991: 139-275).

Dado que a natureza de qualquer lugar intervencionado pelo homem engloba, para além da componente técnica e objetiva, a componente significativa, que nos advém do facto de qualquer lugar ser realizado como uma narrativa podemos fazer essa associação. Assim, ao ser considerado uma narrativa, percebemos que o lugar arquitetónico ou a paisagem não se reduz a um conjunto de componentes materiais e construtivas, mas resulta de uma intenção de construir ou de comunicar alguma coisa e por isso pode ser lido à luz da interpretação textual. Tomando como paradigma válido a interpretação textual desenvolvida por Ricoeur, a leitura do lugar ou da paisagem centra-se na dialética entre compreensão e explicação e constrói-se a partir de dois eixos de leitura: o eixo compreensivo e o eixo explicativo. O primeiro (o eixo compreensivo) inclui uma primeira compreensão, a compreensão conjectural, ou seja, a compreensão imediata que inicia o processo de

leitura do lugar, e a segunda compreensão ou seja a compreensão como modo de apropriação. O segundo (o eixo explicativo) inclui a explicação e revela o lugar como objeto a partir das suas características formais e do seu sentido literal. A partir da explicação, validamos a compreensão conjectural e obtemos o lugar como objeto formalizado. As características que podemos incluir na explicação do lugar são: a forma, a figura, a escala, a função, a tectónica, os limites, as acessibilidades, as vistas e a forma de implantação, ou seja tópicos que nos possibilitam objetivar o lugar ou a paisagem; a compreensão como modo de apropriação procura introduzir outras componentes de modo a revelar o lugar a partir do seu sentido podendo se considerados os seguintes tópicos: juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional.

Dito de outro modo, a dialética que envolve a explicação e a compreensão parte, primeiro, de “um movimento da compreensão para a explicação e, em seguida, de um movimento da explicação para a compreensão. Da primeira vez, a compreensão será uma captação ingénua do sentido do texto enquanto todo. Da segunda, será um modo sofisticado de compreensão apoiada em procedimentos explicativos” (2000: 86). Assim, a interpretação que se constitui como a dialética entre a explicação e a compreensão inicia-se com uma compreensão do tipo conjectural e termina para satisfazer o conceito de apropriação, sendo a explicação uma forma de mediação entre os dois estádios de compreensão descritos anteriormente. De uma forma esquemática, podemos entender o processo de interpretação do lugar arquitetónico como exposto no Diagrama 1.

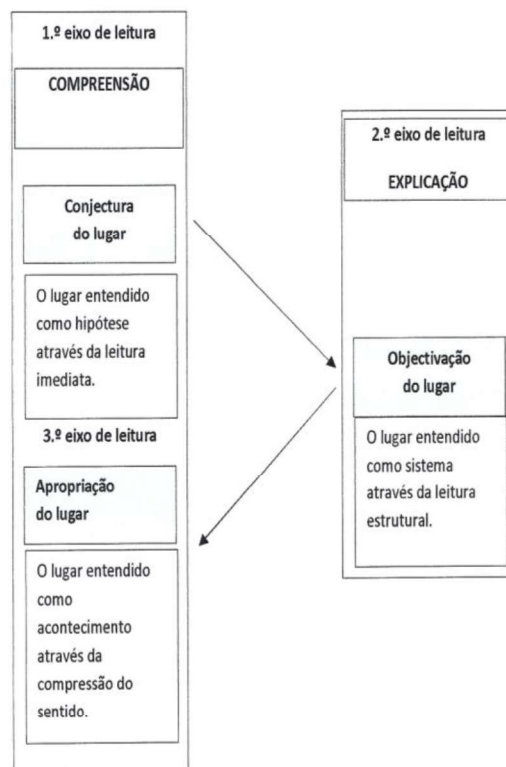


Diagrama 1: Leitura do lugar arquitetónico: a dialética da compreensão à explicação à compreensão.

De forma mais detalhada podemos dizer que a primeira compreensão parte da simples apreensão sem qualquer espécie de validação, ou seja, sem qualquer investigação do objeto específico ou seja parte de uma conjectura. É, pois, necessário passar para a segunda etapa, a explicação, constituindo este o primeiro movimento da interpretação. A primeira leitura do lugar nasce da observação tempor base o sentido literal do lugar e nasce do que se vê, do que lá está objetivado e do que nos é formalmente apresentado. Neste sentido, esta primeira leitura não é mais do que uma conjectura ou hipótese, ou seja, uma compreensão imediata, considerando-se, deste modo, que ela é incompleta e inconsequente. Assim, conjecturar sobre um lugar ou uma paisagem é construir um sentido literal e construí-lo como um todo através dos elementos que se encontram objetivados. O que fundamenta a possibilidade de uma primeira leitura conjectural – como hipótese possível – é o facto de, a partir de um qualquer lugar ou paisagem, se poder construir um sentido objetivado como um todo a partir das suas partes. À luz da interpretação textual ricoeuriana, a primeira leitura conjectural parte do que se vê, do que lá está, e por isso pressupõe objetividade, esta não é mais do que uma leitura unilateral (a partir de um ponto de vista e por isso implicando uma escolha) dentro de um campo possível de inúmeras leituras, em função da importância que se dá às diferentes partes que a compõem. Deste modo, para que a leitura interpretativa de um lugar se faça de forma o mais objetivada e questionante possível, é necessário percorrer mais uma etapa (até à explicação), a qual nos conduzirá a uma outra (novamente até à compreensão), seguindo o movimento inverso.

A etapa da explicação, para Ricoeur, representa uma etapa necessária entre a compreensão ingénuo e a compreensão crítica e corresponde a um momento de objetivação crítica centrada numa análise estrutural da obra. Entendemos por leitura estrutural a análise do lugar arquitetónico a partir da observação das suas articulações internas: aqui o que importa é isolar o lugar em relação a qualquer contexto ou analisá-lo à luz das suas componentes físicas. Partimos assim do que está objetivado, dos dados factuais, que correspondem àquilo que observamos no momento em que nos encontramos. O entendimento do lugar através da explicação é, neste sentido, visto isoladamente e resulta numa visão abstrata que se prende unicamente com os aspetos formais do lugar. Aqui o que se reconhece é o lugar ou a paisagem na sua generalidade. Se a explicação acentua os aspetos objetivados do lugar, sendo o seu contributo para a leitura do lugar o facto de nos permitir obter o lugar nos seus aspetos formais, possibilitando a sua descrição e representação, ela torna-se, no entanto, insuficiente como interpretação. As limitações deste tipo de análise reconhecem-se por dois motivos: por um lado, a análise estrutural-explicativa está associada à decomposição da obra em partes, e é precisamente por se considerar que um dos traços próprios do lugar arquitetónico e da paisagem é que estes se constituem como um todo (dado o seu carácter narrativo), implicando deste modo uma composição (ou seja, uma maneira de organizar a linguagem arquitetónica através de

uma rede de relações), que temos necessidade de acrescentar mais uma etapa à explicação, - a compreensão como modo de apropriação.

Na etapa da compreensão como modo de apropriação, a leitura do lugar arquitetónico ou da paisagem parte da conceção do lugar ou da paisagem como um acontecimento marcado por diferentes significados e diferentes valores. Para além dos seus aspetos puramente formais, a leitura do lugar inclui a componente temporal, o seu significado no presente e o papel desempenhado pelos intérpretes ao longo do tempo de vida desse lugar. A interpretação que aqui se pretende fazer pressupõe o lugar ou a paisagem como um evento que ocorre num determinado momento histórico e cuja leitura decorre da situação em que se encontra cada intérprete. Deste modo, como referimos anteriormente, à luz da consciência histórica estamos conscientes de que, quando o lugar é abordado por alguém separa-se do seu autor, fica distante, e só quando é visitado será abordado tanto subjetiva como objetivamente e, tornando-se próximo, pode ser apropriado, embora sempre de um modo diferente, uma vez que a apropriação significa a atualização por parte do leitor a partir da sua situação recetora. Assim, o lugar torna-se contemporâneo – é na apropriação que o intérprete pode assimilar a significação de um lugar que, em si mesmo, está afastado e é estranho. Se a compreensão é uma atitude subjetiva, porque o intérprete é um sujeito que não está fechado sobre si mesmo nem conhece tudo em absoluto, esta é uma leitura mais verdadeira do que as anteriores, uma vez que considera que qualquer leitura se faz a partir do presente, tendo em conta a situação histórica e cultural do seu intérprete. É a partir desse presente que qualquer intérprete pode receber o lugar que lhe é proposto e abrir um novo discurso. Apropriar significa estar aberto a tornar nossos os projetos e as propostas que os lugares e as paisagens que visitamos nos proporcionam e nos sugerem.

Conclusão

O ponto de partida da nossa argumentação pressupunha que a descrição e análise puramente formal dos lugares arquitetónicos e da paisagem, fora do contexto dos intérpretes, não seria suficiente para a sua interpretação. A condição histórica, que localiza qualquer intérprete num determinado tempo e num determinado espaço, seria de importância capital para a compreensão e interpretação do lugar e da paisagem. A tomada de consciência histórica faz-nos chegar assim, a uma outra forma de interpretação do lugar arquitetónico, diferente daquela que se centra somente na análise descritiva dos lugares. Esta forma de interpretação, ao incluir a participação do intérprete, considera o lugar como existência num determinado tempo e num determinado contexto histórico e, por isso, para além da sua objetivação (que é subjetiva, porque isolada do seu contexto). Ao contrário das obras de carácter científico, que terão um sentido literal e unívoco, as obras de arquitetura, construídas como

um todo pela composição de diferentes partes, são passíveis de inúmeras interpretações, decorrentes da possibilidade de cada intérprete ver o todo a partir de algumas das suas partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo. Qualquer lugar deriva de uma intenção de comunicar, não se reduzindo, deste modo, a um conjunto de componentes materiais e construtivas. Para além das suas características formais (forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessibilidades, vistas, forma de implantação, etc.), o lugar incorpora outras características – como plurivocidade, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão. Através da caracterização do lugar arquitetónico e da paisagem, podemos concluir que o lugar é algo mais do que a sua materialidade, ou seja, do que se encontra objetivado através da construção. Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), é também passível de variar dimensionalmente (porque a sua dimensão depende do ponto de vista) e de se alterar ao longo do tempo, transformando-se noutra lugar (porque as suas características mudam). Por outro lado, é produto da ação humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da seleção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete. Ao considerar que o lugar é mais do que a soma das suas partes, este não pode ser interpretado através da decomposição em elementos, porque a passagem das partes ao todo que é o lugar requer uma nova estrutura e uma nova descrição. Se tratarmos a linguagem arquitetónica dos lugares através da sua dissociação em partes constitutivas estaremos a tratar somente o seu lado formal, mas, se tratarmos o lugar como um todo, então estamos a tratar o seu sentido, ou seja, a sua significação. Nesta perspetiva, o que propomos é tratar o lado formal do lugar (eixo explicativo) e também o seu sentido (eixo compreensivo).

Esta mudança de paradigma na leitura do lugar arquitetónico e da paisagem (extravasar a análise formal) justifica-se ao incluir o papel do intérprete na leitura de qualquer lugar, pondo em causa um tipo de leitura neutra, exterior, que se prende unicamente com os aspetos formais. Assim, o espaço, o tempo e os intérpretes (autor, investigadores e usufruidores) são tratados como componentes de vida dos lugares e das paisagens. Ao incorporar na leitura do lugar o *mundo da obra* na sua dimensão espacial e temporal, assim como o papel dos seus intérpretes, este adquire um carácter de *não objetividade*, já que o lugar nunca se apresenta como um objeto acabado. Deste modo, podemos obter uma leitura do lugar e da paisagem na sua singularidade e na sua unicidade, ancorada na possibilidade de interpretação que qualquer lugar incorpora. O eixo compreensivo, referente à apropriação do lugar interessam-nos porque permite entender o lugar incluindo a experiência

humana da compreensão através da sua condição histórica, onde o intérprete ganha destaque e o lugar e a paisagem adquirem diferentes sentidos.

Podemos concluir que nos lugares arquitetónicos e nas paisagens, para além do que é objetivável existe um espaço que inclui a experiência dos seus intérpretes e que lhe dá uma dimensão de sentido. A consciência da historicidade de qualquer intérprete responsabiliza o próprio intérprete ao organizar ou interpretar os lugares ou as paisagens onde se inserem, fazendo-o entender que o que perdura nos lugares são os valores que nos chegam pela tradição. Os lugares, cujas características revelam o momento em que se realizou a obra arquitetónica que lhes deu origem, são respostas às questões colocadas na época em que foram criados e, desse modo, são esses lugares que, mantêm uma relevância continuada. Assim, os lugares que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspetos formais. Nesta perspetiva, o que estamos a fazer é, tão-só, descrever objetos arquitetónicos, em vez de compreender lugares e paisagens.

Bibliografia

ARISTÓTELES, 1998 [Séc. IV a.C.]. “Livro IV A) El Lugar”, *A Física*, Madrid: Editorial Grados S.A., pp. 221-245.

DILTHEY, Wilhem, 1992 (1911). *Teorias das Conceções do Mundo*, Lisboa: Edições 70.

GADAMER, Hans-George, 1998 [1996]. *O Problema da Consciência Histórica*, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.

GADAMER, Hans-George, 2004 [1960]. *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, Petrópolis: Editora Vozes.

HEIDEGGER, Martin, 2004b [1986]. *Ser e Tempo*, Parte I, Petrópolis: Editora Vozes.

MADEIRA da SILVA, Teresa (2009). *O lugar arquitetónico: um modelo teórico de interpretação. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo*. Lisboa: ISCTE-IUL, pp. 331.

Madeira da Silva, Teresa (2012). A Consciência Histórica na Interpretação do Lugar Arquitetónico. *Arquiteturarevista*, v.8, n.1, pp.3-7.

PALMER, Richard E., 1999 [1969]. *Hermenêutica*, Lisboa: Edições 70.

PAISANA, João, 1993. *História da Filosofia e Tradição Filosófica*, Lisboa: Edições Colibri.

RICOEUR, Paul, 2000 [1976]. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa: Edições 70.

RICOEUR, Paul, 1991 [1986]. *Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenêutica II*, Porto: Rés Editora.

RICOEUR, Paul, 2003. “Arquitectura y Narratividad”, MONTAÑOLA, Josep Thornberg (ed.), *Arquitectura y Hermenéutica*, 4, pp. 9-29.

RICOEUR, Paul, 1983a. *Tempo e Narrativa*, vol. I, Campinas: Papyrus Editora.